

A República e as Letras



BIBLOS

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

LUÍS ALVES DE FRAGA

(Universidade Autónoma de Lisboa)

AUGUSTO CASIMIRO: MILITAR E ESCRITOR REPUBLICANO

RESUMO

Neste ensaio vai-se repassar um olhar contemporâneo sobre a obra literária de Augusto Casimiro que, tendo sido um militar exemplar, até que a Ditadura o reformou compulsivamente, foi, também, um lutador contra o Estado Novo. Focar-se-ão aspectos breves de carácter biográfico para ajudar a situar o Homem no tempo. De lado ficará a vida militar e política do escritor, havendo a preocupação de centrar toda a análise na actividade literária, não deixando, contudo, de ligar a escrita de Augusto Casimiro aos ideais por ele defendidos à custa de pesados sacrifícios de toda a natureza.

PALAVRAS-CHAVE: Augusto Casimiro, Estado Novo, Literatura Portuguesa Contemporânea.

261

AUGUSTO CASIMIRO: REPUBLICAN SOLDIER AND WRITER

ABSTRACT

This essay addresses the literary work of Augusto Casimiro, who was an exemplary soldier until the dictatorship forced him to retire, and also a fighter against the New State. Some biographical data will be provided in order to situate the man in his time. The political and military aspects of the writer's life will not be considered, since the focus is on his literary activity, but his writing will be connected to the ideals that he defended at the cost of considerable sacrifices.

KEYWORDS: Augusto Casimiro, New State, Contemporary Portuguese Literature.

1. Introdução

Em Portugal vivia-se, nos meios mais esclarecidos da nossa sociedade, no final da primeira década do século XX, um sentimento de atraso cultural — que rondava a verdade — contra o qual os mais empenhados intelectuais e políticos republicanos se batiam desde os tempos da propaganda.

Logo após a proclamação da República ficou clara, através da acção imediata do Governo Provisório, a vontade de o novo regime lançar as bases do combate cultural que fizesse sair os Portugueses dos limites acanhados em que se encontravam, função da elevadíssima taxa de analfabetismo, então existente, para os colocar, na medida do possível, ao nível dos Estados mais evoluídos da Europa. Tratava-se de uma tarefa hercúlea demonstrativa de como os republicanos constituíram uma vanguarda, também cultural, no seio da sociedade portuguesa.

O Exército herdado da Monarquia era, dentro do macrocosmo social português, uma representação microcómica desse todo; a percentagem de analfabetismo ultrapassava os 60% dos efectivos, muito embora já viesse de trás, através do esforço das chamadas *escolas regimentais*, o desejo de conseguir uma alfabetização mínima entre os soldados. Os oficiais, desde 1837, frequentavam, para conseguirem a promoção a alferes, a Escola do Exército onde a preparação científica preponderava sobre a humanística sem que, contudo, anulasse os talentos pessoais para o exercício da escrita, quer esta se manifestasse como ficcional, ensaística ou poética. É deste modo que se contam, na História da Literatura Portuguesa do século XIX e início do século XX, alguns nomes que, vulgarmente, se não associam ao exercício da carreira castrense, mas que, na verdade, lhe pertencem (por exemplo, Raul Brandão, André Brun, Abel Botelho, Luís Galhardo, entre muitos outros).

Interessante será notar que, se, por um lado, na sociedade civil houve um movimento literário associado ao ideal republicano que firmou as suas bases no renascimento da Pátria a partir do saudosismo plasmado nas glórias de um sebastianismo perdido na neblina dos Descobrimentos, também alguns dos oficiais republicanos dados às letras se prenderam na mesma teia sem, contudo, perderem de vista que

só a prática actuante poderia revigorar uma sociedade enfraquecida por lutas intestinas e por divisões e desconfianças fundamentadas na religião. Um desses oficiais foi o Capitão de Infantaria Augusto Casimiro dos Santos.

O objectivo deste ensaio é, dentro dos limites convenientes, repassar um olhar contemporâneo sobre a obra literária de Augusto Casimiro que, tendo sido um militar exemplar, até que a Ditadura o reformou compulsivamente, foi, também, um lutador contra o Estado Novo. Antes porém, faremos uma breve referência biográfica que ajudará a situar o Homem no tempo. Poremos de lado a vida militar e política do escritor¹ para nos concentrarmos na sua actividade literária, não deixando, contudo, de ligar a sua escrita aos ideais por ele defendidos à custa de pesados sacrifícios de toda a natureza.

2. Nota biográfica

Augusto Casimiro dos Santos nasceu em Amarante em 11 de Maio de 1889; era filho natural de Cândida Rita dos Santos Prego Mester, tendo casado, em 5 de Junho de 1911, com Judite Zuzarte Cortesão, irmã do médico e historiador Jaime Cortesão. Desse casamento nasceram cinco filhos varões: Ângelo, em 17 de Fevereiro de 1912, Pedro, em 17 de Maio de 1921, Jaime, em 12 de Julho de 1923, Mário, em 4 de Maio de 1925 e Augusto, em 4 de Outubro de 1926².

Tal como era costume naquele tempo, com a idade de dezasseis anos, no dia 11 de Agosto de 1905, assentou praça como voluntário no Regimento de Infantaria n.º 23, sediado, na época, em Coimbra e fazendo parte da 5.ª Divisão Militar Territorial, que, também, ali tinha a sua sede. Pertenceu a esta unidade até ser promovido a alferes, no dia 15 de Novembro de 1910, quando concluiu o curso de Infantaria da Escola do Exército.

Não sabemos o que o terá levado a, tão jovem ainda, escolher a carreira das armas, contudo, nos dois ou três anos que se seguiram a ter assentado praça, gozando de licença para estudos, frequentou

¹ Para um estudo mais completo veja-se L. Fraga, 'Augusto Casimiro: Militar, Cidadão e Escritor', *IX Colóquio. Actas. "Os Militares na Sociedade Portuguesa"*, Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 1999, p. 313-356.

²AHM, Fundo 33, Cx. 441, N.º 1056 anos de 1929 a 1949.

a Universidade de Coimbra; tinha então, entre dezassete e dezanove anos³. É nessa época que publicamente se manifestam as suas apetências para a poesia.

Foi promovido a tenente em 1 de Dezembro de 1914 e a capitão em 29 de Setembro de 1917, tendo sido demitido em 15 de Abril de 1931, nos termos dos Decretos n.ºs 19 567 e 19 595, respectivamente de 7 e 10 de Abril de 1931 (cujo conteúdo se relaciona com a revolta da Madeira)⁴.

Depois da demissão do Exército, Augusto Casimiro passa a viver da parca pensão de reforma e dos rendimentos que obtinha como jornalista e escritor. Ligado à *Seara Nova*, acabou por dirigi-la na sequência e após a morte de Câmara Reis.

Nos últimos vinte anos de vida amarrou-se mais à política e à escrita, sofrendo ainda a perseguição da justiça militar e do aparelho repressivo do Estado Novo.

Morreu, em Lisboa, a 23 de Novembro de 1967. Tinha, então, setenta e oito anos.

3. O escritor

A arte da escrita começou por se manifestar em Augusto Casimiro através da poesia; foi ela que primeiro lhe prendeu a atenção e o levou à expressão dos seus sentimentos. Teve um percurso de certo modo singular: muito jovem ainda, publicou, quase de seguida, quatro livros de versos; na idade madura, deu à estampa o quinto e guardou o último para o ocaso da vida.

Pode dizer-se que do ponto de vista estético a obra poética de Augusto Casimiro desenha uma sinusóide. Com efeito, quanto a nós, começa por composições de fraco valor estilístico e temático, ascende, depois, para um patamar mais elevado quando explora novos motivos de inspiração ao mesmo tempo que faz uso de uma expressão mais rica, e torna a descer quando, não fazendo concessões à variação do tema, perde a riqueza anterior das imagens poéticas.

No livro intitulado *A Victoria do Homem* — que é o segundo de todos os que publicou —, editado em Coimbra pela Livraria Moderna

³ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (Lisboa).

⁴ *Lista Geral de Antiguidades dos Oficiais do Exército Metropolitano e Empregados Civis* (1931), p. 470-471.

no ano de 1910⁵, dedicado a Guerra Junqueiro, Afonso Lopes Vieira, António Correia de Oliveira e Teixeira de Pascoaes, há uma extraordinária preocupação formal, sendo o conteúdo pouco interessante. Abundam os sonetos e nota-se ainda uma influência romântica muito marcada na primeira parte da obra⁶ passando, depois, a um estilo tendencialmente épico⁷.

*A Primeira Nau*⁸, que é o livro com que inicia a sua ligação à sociedade «Renascença Portuguesa», já que foi por ela editado, é um pequenino volume de dezanove páginas, mas onde está espelhado todo o ideário saudosista que caracteriza aquele agrupamento artístico-ideologicamente comprometido com a República, que acabava de se proclamar. É, quanto a nós, o ponto mais alto da obra poética de Augusto Casimiro, conseguido na exaltação de Portugal, no elogio dos Descobrimentos e do esforço marítimo dos Portugueses.

— *Marinheiros: — dormi, sobre a nau silenciosa*

— *Vá, dormi e sonhai a história gloriosa*

*Que há-de Camões cantar um dia aos vossos netos*⁹

Depois, tomando por tema a saudade:

— *Um herói semideus inventou a Saudade,*

Era lusiada... E lembrando a divindade

*Foi em busca do céu através dos abismos*¹⁰

Ou, ainda, aliando a Pátria à saudade:

Pátria!... Ó nossa companhia

Pão espiritual da nossa comunhão

— *Ó saudade da Pátria, ó alegria*

— *Ó amargura, ó devoção!...*

⁵ Houve um primeiro livro o qual não vimos por não existir no acervo da Biblioteca Nacional, que se intitula *Para a Vida*, editado em 1906, quando o autor tinha, por conseguinte, dezassete anos.

⁶ «*Flocos de som, sombras indefinidas/ De ruídos longínquos, — vagamente/ Caíndo como coisas esquecidas*» p. 26; ou «*Junto a um pinheiro manso andam cavan-do/ A minha cova, e o meu olhar presentel/ (...)*» p. 28.

⁷ «*(...)/ Quando o Sol despontou, criador e brilhante/ Eu fui seguindo o Sol na minha Vida forte! .../ E como o Sol brilhei e perpassei ovante/ Pela Dúvida, minha irmã tenebrosa da Morte!/ (...)*» p. 88.

⁸ Publicado no ano de 1912.

⁹ p. 7.

¹⁰ p. 8.

Augusto Casimiro nesta minúscula obra mostra-se, de facto, o poeta heróico que enaltece os valores passados, digno de figurar ao lado dos poetas da «Renascença Portuguesa»; atenuaram-se as marcas decadentistas do seu saudosismo, em benefício de uma maior afirmação do conteúdo patriótico.

Um dos melhores poemas deste pequenino livro é aquele que intitulou «A Visão da Profecia», entre as páginas 11 e 16, sendo igualmente interessante o poema com que fecha a obra e ao qual dá o nome de «A Benção da Nova Largada»¹¹.

Dois anos após a publicação deste livro que, embora de pequena extensão, é, quanto a nós, a maior obra poética do autor, viu a luz do dia um outro intitulado *À Catalunha (Vozes de Portugal)* que não vai além das quarenta e duas páginas. Pretende ser um elogio épico àquela região de Espanha e um incentivo ao seu espírito autonomista. Contudo, com exclusão do discurso exaltado, pouca beleza tem como trabalho de poesia. Por vezes, o autor exagera na fraternidade de destinos entre Portugal e a Catalunha (*Catalunha imortal! — Um dia havia algemas/ Em teus pulsos, e os meus traziam-nas também./ E vivemos então, horas supremas./ E vencemos por fim, que é vencer lutar bem!*)¹².

No ano seguinte – 1915 – Augusto Casimiro publicou um livro de dimensões razoáveis, mesmo para a época – 151 páginas. Dedicou-o à Mulher e à Mãe. Trata-se de uma obra de valor desigual, porquanto, numa primeira parte, o autor faz uma recolha de poemas na sua grande maioria dos anos de 1910 a 1912 cuja temática é a exaltação ao amor, à Mulher, à Mãe e, também, aos filhos. Na segunda parte do livro – que corresponde a menos de metade – Casimiro cria um título genérico – «Versos do Mar Atlântico» – que integra composições mais recentes e que seguem a linha estética e temática da poesia do grupo da «Renascença Portuguesa». Notam-se os traços do saudosismo e da memória da epopeia marítima tão ligada ao sentimento da grandeza perdida:

Alta noite, mar alto, navegando...

(...)

Não chores minha mãe, não há perigo!...

¹¹ p. 18-19.

¹² p. 19.

*Nas ondas altas não se oculta o mal,
— Quatro séc'los que são? — o mar é amigo,
Sou Poeta e nasci em Portugal!*

(...)

*Minha Mãe, minha Mãe! que sofrimento
Sentir um voo prisioneiro em nós!*

Pode dizer-se que estes quatro livros reúnem a obra poética da juventude de Augusto Casimiro e não estão ainda marcados pelo sofrimento, pela angústia e pela exaltação patriótica vivida nos campos de batalha da Flandres, e traduzem – umas vezes mais intensamente, outras menos – a esperança singela de uma República alimentada pelo desejo de mudança alicerçado na pureza dos sentimentos e nos grandes ideais.

A Guerra e o período que se lhe seguiu empurraram Augusto Casimiro para a prosa, quase sempre ensaística e algumas vezes ficcionista. Como mais à frente se verá, o poeta continua a viver no prosador – às vezes conseguindo uma prosa mais próxima da poesia do que seria de imaginar –, mas as conturbações da política nacional vão fazer que a sua obra ganhe uma característica cada vez mais interventora, dando lugar à perda de qualidade estética. Isto mesmo acontece com o livro de poemas, *Momento na Eternidade*, que, já com cinquenta anos – em 1939 – publicou.

É uma obra com quarenta e sete páginas, dedicada a Aquilino Ribeiro, que começa com um pequeno poema de verso branco, de ritmo pouco equilibrado, sem as imagens poéticas de outros tempos que, acima de tudo, caracterizavam mais do que a poesia a prosa da juventude.

Nesse poema inicial fala-se de novos poderes numa clara alusão ao nazismo que, então, imperava na Alemanha e mostrava os seus desejos expansionistas na Europa.

Ainda neste *Momento na Eternidade*, um pouco mais para diante, no poema que intitulou «Vela de Armas», há uma premonição das ocorrências que ameaçam a Europa – é datado de Outubro de 1938 – e um apelo à luta contra essas forças, que fazem de Augusto Casimiro, nesta fase da sua vida, um poeta militante e politicamente empenhado.

A prova do grande empenhamento político de Augusto Casimiro chega-nos através do poema que intitulou «A três moços escritores do Brasil», que eram: Érico Veríssimo, Jorge Amado e José Lins do Rego,

todos eles envolvidíssimos com a estética da literatura social e, acima de tudo, com problemáticas telúricas e económicas de um Brasil a viver a passagem da economia agrícola para a primeira industrialização e o confronto entre a vida rural e a atracção da grande cidade.

O último livro de poemas de Augusto Casimiro, editado em 1955, é um trabalho no qual se sente o peso dos anos e a experiência de uma vida orientada por um ideal de luta, por valores então reprimidos. O poeta voltou-se para duas temáticas que lhe foram queridas quase desde sempre: o mar e África, razão pela qual intitulou o volume, de 162 páginas, *Portugal Atlântico. Poemas da África e do Mar*. Com este livro recebeu o prémio Camilo Pessanha.

Tal como aconteceu em obras anteriores, o autor reuniu poemas antigos – da década de 30 – e outros mais recentes, deste facto resultando um certo desequilíbrio estilístico e estético que reduz o valor intrínseco dos poemas, os quais, todavia, continuam a deixar transparecer um entranhado patriotismo – bem diferente do nacionalismo que então ainda vigorava forte na sociedade portuguesa – sem concessões ao sistema político vigente. É interessante verificar que, numa época em que já tinham despontado os primeiros movimentos de contestação ao domínio colonial europeu em África, Augusto Casimiro faz a apologia do colonialismo «maduro» e tendencialmente autonomista:

*A África está à nossa espera
Com os seus filhos, iguais, fraternos,
Outros rumos de vida e eternos,
Negros remorsos a resgatar!
Outros sonhos e outros esforços
Dando-se as mãos além do mar!*¹³

Algumas páginas mais à frente, e propositadamente em itálico no meio de composição normal, saltam estes versos sintomáticos:

Meio dia. Há só Mar!... O Mundo
Afundou-se?... Voltará, e um novo dia...
O Mar traz, vela no seio fundo
Uma Terra mais bela, outra Aleluia...¹⁴

¹³ p. 17.

¹⁴ p. 23.

Não sabemos se Augusto Casimiro era maçom, facto que não seria estranho dada a camaradagem militar e a grande ligação política com Norton de Matos, por isso, talvez não seja um acaso o poema que compôs nos anos 30, na Ilha Brava, quando ali esteve deportado, e que incluiu no livro *Portugal Atlântico* sob o título «Céu Azul. Acácias em Flor»:

*Terra, céu, o mar num beijo!
E, por milagre do Amor,
Sob o céu pérola vejo
Flores de uma acácia em flor..
Como pórtico de ogiva
Erguido à glória de Deus,
A rocha é uma taça viva
A escorrer azul dos céus...
E aqui, pertinho, estas flores,
Tintas de sangue e paixão,
Dizem-me, contam amores,
Sinto-as no meu coração.¹⁵*

Claro que, na ambiguidade que os poetas sempre escolhem para deixar passar as suas mensagens, cada qual pode ler o que mais lhe convém, razão por que é necessário conhecer o pensamento mais profundo do autor e, acima de tudo, as suas convicções. Augusto Casimiro, tendo sido um homem da oposição ao Estado Novo, um perseguido, um colaborador e director da *Seara Nova* até ao fim da vida, não pode, neste contexto, deixar dúvidas quanto ao sentido aparentemente dúbio do poema «Colono» (de que transcrevemos uma parte) com que fecha este livro, que foi o último da sua actividade poética:

*E hás-de querer-lhe [a Angola] como à Terra-Mãe
Se bem lutares e amares bem
Tudo o que nela te anuncia um novo mundo...
— Há recusas hostis que são amor, fundo.
A dizer “não” e já são dádivas de Amor:*

¹⁵ p. 83. Há neste poema, para além do título, algumas conotações esotéricas que vão da «acácia» ao «pórtico de ogiva», do «erguido à glória de Deus» à «rocha é uma taça viva», passando pelo «escorrer azul dos céus» e pelo «contar amores», cujo significado pode ser compreendido por iniciados.

(...)
E juntos erguereis a toda a altura
Da História, o padrão imortal,
— *Em que as mãos e as almas fraternas*
Gravarão palavras eternas
— *ANGOLA — PORTUGAL*¹⁶

Na ficção, Augusto Casimiro limitou-se a dois títulos: *Nova Largada*¹⁷ e *A Vida Continua*¹⁸, editados com uma diferença de treze anos, tendo já o autor dobrado a idade dos quarenta quando o primeiro viu a luz do dia.

Em ambos os livros a temática é a africana; no primeiro, o cenário é Angola; no segundo, é Cabo Verde.

Nova Largada é um romance didáctico no qual o autor pretende explicar como se deveria fazer a colonização das possessões africanas, em especial a de Angola. Para ele, um bom industrial em terras de África era aquele que importava novas maquinarias, que aumentava os salários dos trabalhadores, que lhes mandava construir berçários para os filhos, escolas, bairros de habitação, uma biblioteca, uma enfermaria e que, por fim, lhes dava comparticipação nos lucros. Claro que o autor tinha conhecimento prático das desconfianças que os indígenas desenvolviam relativamente aos colonos, mas sabia, também, que elas eram fruto de uma má administração e de um péssimo relacionamento com as populações, por isso, conforme faz desenrolar a acção, vai aproveitando todas as oportunidades para explicar os novos relacionamentos com os africanos.

Sente-se, na narrativa, que Augusto Casimiro usou como paradigma de boa administração o exemplo de Norton de Matos e que tinha um profundo conhecimento não só da mentalidade gentilícia como, também, do seu idioma.

O estilo do autor é recheado de imagens bem ponderadas, sem exagero de adornos, como eloquentemente nos mostra esta pequena transcrição: «Ainda o Sol não romperá a espessa névoa do cacimbo nos

¹⁶ p. 157-158.

¹⁷ Editado em Lisboa pela «Seara Nova» em 1929.

¹⁸ Também editado em Lisboa, mas, agora, pela Guimarães & C.^{ia}, no ano de 1942.

compridos vales onde, aconchegada e alva, adormecera. Húmidas, gotejantes de orvalho, brilhavam as folhas das árvores e o capim. Morriam as brasas das fogueiras, entre cinzas... Do silêncio da noite que se fora, no ar frio, ficara uma branda serenidade.»¹⁹

Em *A Vida Continua*, Augusto Casimiro, talvez fruto de um certo amadurecimento próprio da idade e da maior convivência literária, deixa transparecer uma escrita mais aligeirada de cargas metafóricas, sem, todavia, perder a melodia poética que caracteriza a sua prosa («Tardes lilases. Com o mar a morrer de doçura. E o silêncio da terra a beijar, a perder-se no que vinha lá do fundo... Morriam as ondas de gosto, embalando a costa, na adormecida quietação do mar...»²⁰). É um romance onde o enredo amoroso passa suave e as personagens se caracterizam sem exageros.

Foi no género ensaístico que Casimiro deixou o maior e mais heterogéneo número de obras. Na realidade publicou dezoito títulos entre os anos de 1917 e 1961.

O primeiro ensaio, editado pela «Renascença Portuguesa» não tem data, mas, muito provavelmente, saiu do prelo ainda no ano de 1917, ou no ano seguinte. Intitulado *Nas Trincheiras (Fortificações e Combate)* é uma pequenina obra da autoria do capitão Mouzinho de Albuquerque e do, então, tenente Augusto Casimiro. É um trabalho essencialmente técnico, no qual se descreve, em linguagem muito clara e simples, todo o tipo de organização do terreno necessário à guerra de trincheiras. Este livrinho, escrito, quase de certeza, em França, durante a fase preparatória da *entrada em linhas*²¹, destinava-se aos graduados de Infantaria, muito particularmente a sargentos e oficiais subalternos.

Em 1919 foi editada a obra intitulada *Sidónio Pais (Algumas notas sobre a intervenção de Portugal na Grande Guerra)*²² e, ainda hoje,

¹⁹ p. 107.

²⁰ p. 21.

²¹ As forças portuguesas, ao chegarem a França, tiveram de ter um período de instrução para se familiarizarem com os modos então modernos de fazer a guerra. Esse período ficou sensivelmente compreendido entre os meses de Janeiro e Abril de 1917. L. Fraga, *Do Intervencionismo ao Sidonismo: Os Dois Segmentos da Política de Guerra na 1.ª República: 1916-1918*, Coimbra : Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 307-309.

²² Trata-se de uma edição da Livraria Chardron, com sede no Porto.

é essencial a sua consulta por parte de quem quiser compreender a beligerância portuguesa e, acima de tudo, a política de guerra desenvolvida durante o Governo de Sidónio Pais. Uma grande parte dos capítulos consiste na reprodução de artigos para periódicos escritos em resposta a Cunha e Costa, jornalista que não fugia a polémicas.

Augusto Casimiro, embora acusando Sidónio Pais de ter deixado soçobrar o Corpo Expedicionário Português (CEP), equilibra a sua posição entre aceitar que o Presidente praticou uma política aparentemente germanófila e uma política de clara subserviência à Grã-Bretanha²³, a qual enredava nos meios políticos da capital através da acção do general Barnardiston, chefe da missão militar britânica em Lisboa²⁴. Aliás, o autor não se poupa a tentar provar que Londres era o principal *inimigo* de quem Lisboa se devia defender²⁵, tal como demonstra que todas as propostas feitas pelo Governo inglês a Sidónio Pais tinham como finalidade apoucar o papel do Exército Português em França, reduzindo-o à situação de tropas com estatuto igual às das colónias britânicas²⁶.

O estilo que Augusto Casimiro utiliza nesta obra é sóbrio e despedido de imagens de retórica a não ser quando se refere, quase carinhosamente, aos soldados e aos seus sofrimentos na Flandres («Em pobres acampamentos, roídos de metralha e saudade, os soldados dos batalhões de Neuve Chapelle, Ferme du Bois e Fauquissart, agonizavam de pena e as piores palavras, acusadoras, implacáveis, andavam em quase todas as bocas»).

Ainda no ano de 1919 foi exposta nos escaparates das livrarias a 4.^a edição da obra intitulada *Nas Trincheiras da Flandres*. É um livro de memórias dos tempos vividos nas primeiras linhas, baseado nas notas

²³ Cf. p. 36-38, 75 e 82-83.

²⁴ Cf. p. 102.

²⁵ Augusto Casimiro chega a afirmar: «Nós somos dos que, na mais sincera amizade pela Inglaterra e pela velha honra britânica, pensamos devermo-nos impor ao seu respeito e ao seu amor pela digna, altiva e soberana realização dos nossos interesses de acordo com os nobres interesses do democrático povo inglês.» (p. 77-78).

²⁶ Cf. p. 169-170, onde se descreve a intenção inglesa: comando do CEP entregue a um general britânico; estado-maior composto por 50% de oficiais portugueses e ingleses; os comandantes das tropas de Infantaria, de posto superior a major seriam ingleses; os capitães e os subalternos seriam ingleses e portugueses em partes iguais. Esta medida não foi adoptada graças, fundamentalmente, ao esforço do general Garcia Rosado e de Augusto de Vasconcelos.

que, no abrigo, ia tomando «aos pedaços, esquecido da literatura e de mim».

Esse desfiar de recordações começa nos sentimentos que se nutriam, ou não nutriam, em Portugal pela Alemanha, passa pelo *milagre de Tancos*²⁷ e chega à data da partida («Mal dormitei. Sobre o meu quarto fica o de minha mãe. Os seus gemidos não me deixam sossegar... Chorei... Mas sou tão feliz!»²⁸. (...). Sofro. Vou cheio de amargura. Nunca senti tão clara a minha alma.»²⁹).

Augusto Casimiro, neste livro, usa uma prosa poética, recheada de figuras de estilo, onde transparece a saudade, a dor, o orgulho de cumprir uma missão que considera sublime; onde o sentimento patriótico atravessa cada página de alto a baixo como se fosse um relâmpago em tarde de trovoada. As imagens da morte e do além-mundo vão ficando em cada capítulo, dando-nos a dimensão exacta do sofrimento, mas, também, da vontade de afirmar o valor de um Povo: «Mulheres erguem os braços num adeus frenético, de naufrago...»³⁰; «Além, as palavras de Amor, as palavras eternas, doces, dos poetas maiores, saem da boca simples das esposas que ficam.»³¹; «Sinto que somos melhores fora da nossa terra, quando nos revelamos simplesmente, com sinceridade, dando-nos.»³²; «Chegou a tua carta toda clarinha de alma. É assim que te quero sob os olhos de Deus.»³³; «Mas alguém trouxe, para que as censurasse, num pequeno maço, cartas dos seus soldados... (...). Todas cartas de amor. Algumas, na sua caligrafia ingénua, seriam indecifráveis quase. Mas uma grande luz suave as ilumina a todas, uma suave luz...»³⁴; «Às vezes os que andam fora vão até aos arames dos *boches*, ao parapeito deles. Se os pressentem, o silêncio quebra-se, há

²⁷ Foram assim chamadas as manobras que naquela região tiveram lugar, em 1916, e que constituíram um feito de capacidade organizativa pela rapidez com que se conseguiu pôr em pé de guerra uma força de mais de vinte mil homens pronta a embarcar para França (não nos devemos esquecer de que a declaração de guerra da Alemanha a Portugal foi feita nos primeiros dias de Março desse mesmo ano).

²⁸ p. 30.

²⁹ p. 30-31.

³⁰ p. 37.

³¹ *Ibidem*.

³² p. 43.

³³ p. 47.

³⁴ p. 50.

granadas abrindo em rosas de fogo, balas pontuando lume na *Terra de Ninguém...* E os que voltam, colados ao terreno, ofegantes e rindo, pálidos embora, ao entrar na linha, de pé no parapeito, são como esculturas de heróis...»³⁵.

Os capítulos sucedem-se, não deixando de contemplar pessoas e situações que descreve em linguagem de poeta – um, dedicado aos oficiais milicianos; outro, a Hernâni Cidade, a quem louva a coragem e, acima de tudo, a simplicidade; mais outro, aos artilheiros. Mas há um capítulo que é uma farsa entre um Sancho Pança e um D. Quixote imaginários que são os confrontos do seu próprio *não querer* e do seu *querer*; são a voz da prudência e a da razão e do dever em confronto, quando o inimigo ataca e os seus homens estão em perigo; é a vontade de não se expor e a de correr para a morte que ronda os soldados na primeira linha. Claro que vence D. Quixote e o autor deixa-nos esta imagem significativa: «E, no medo enorme de ter medo, domando o organismo que se retrai como um cavalo empinado e rebelde, o homem avança e os morteiros cessam...»³⁶.

Também é de uma imensa ternura o capítulo intitulado «Carta a Meu Filho», no qual Augusto Casimiro narra sucintamente a guerra de tal modo que tudo parece uma brincadeira séria, lembrando a obra cinematográfica de um realizador italiano sobre os campos de concentração nazis. Não escamoteia as mortes nem os mortos, mas dá-lhes vida³⁷, pondo-os a conversar com ele, a dizerem-lhe das razões porque partiram. É um verdadeiro hino à Vida.

Todo o livro está recheado de grande ternura pelos soldados³⁸ e por todos aqueles que se bateram em França, havendo capítulos de crítica às posições dos que ficaram em Portugal e que de uma forma clara ou velada, aceitam a vitória da Alemanha ou desejavam a neutralidade de Portugal; é uma obra de exaltação patriótica e de profunda admiração por aqueles que se bateram na guerra. As descrições mais horrendas, de morte e desespero, chegam a ganhar cores de beleza e poesia.

³⁵ p. 90.

³⁶ p. 124.

³⁷ «Os mortos... Não tenhas pena, meu filho... Aqui não há mortos, na guerra não se morre, como aí...» (p. 139).

³⁸ «Um soldado nunca abandona outro, diante da morte. E os nossos mortos só dormem, calmos, nos cemitérios a que fazemos guarda, nós.» (p. 219).

Em 1920 é publicado o livro *Calvários da Flandres (1918)* que é, tal como o anterior, um repositório de recordações mas, ao contrário desse, a linguagem tornou-se linear, sem imagens de retórica, assemelhando-se a um relatório militar despido de artifícios estilísticos.

No ano seguinte saiu do prelo um pequeno volume de cinquenta e nove páginas intitulado *Portugal e o Mundo – Um sentido português*; é a reunião de duas conferências feitas na Associação Cristã dos Estudantes de Coimbra nos dias 7 e 12 de Março de 1921.

Na primeira das palestras, subordinada ao título «Os Portugueses e o Mundo», o autor defende ainda os ideais do saudosismo característico da «Renascença Portuguesa» e, para tanto, preconizava que a juventude não se ligue a nenhum partido político de modo a que, descomprometida, pudesse «iniciar a obra de renovo que, aproximando-nos das grandes realidades lusíadas do Passado, fizesse de Portugal um organismo moderno, integrado nas correntes da vida contemporânea, senhor dos seus destinos, rico do aproveitamento total dos tesouros virgens guardados no seio da terra metropolitana e no império colossal que, para lá dos mares, ao serviço da Pátria o do mundo, os grandes de Portugal conquistaram numa epopeia de eternidade!»³⁹. Depois, Augusto Casimiro, dedica uma parte da conferência a falar do que é e do que representa no Presente, o Passado e conclui que este é uma força, mas não imobilizadora, pelo contrário, deve ser uma força que anima para o Futuro. Reconhece, em seguida, que a Grande Guerra destruiu o equilíbrio existente, até então, na Europa, afirmando que os tempos que passam, agora, são de busca de novas soluções. «O culto nacionalista não basta, face à vida moderna, se limitado ao culto embevecido dos costumes, ou à pertinaz defesa de liquidadas, impossíveis fórmulas políticas»⁴⁰.

Na segunda conferência – «Um sentido Português» – Augusto Casimiro faz uma afirmação que, tanto quanto sabemos, nunca mais repetiu na sua vida. Com efeito, começa por dizer que «A guerra veio despertar, exaltar as tendências nacionalistas das pátrias irredentas»⁴¹. E defendeu que Portugal não podia, no momento, unir-se à Espanha enquanto esta não reconhecesse, pelo menos, a existência de duas pátrias

³⁹ P. 8-9.

⁴⁰ p. 24.

⁴¹ p. 31

no seu território: a Galiza e a Catalunha; só então se falaria de federação na qual se reconhecessem e respeitassem as diferenças.

A posição que em seguida defende mostra que, embora ainda se sentisse ligado aos ideais da «Renascença Portuguesa», começava já a distanciar-se, na prática, dos princípios que o haviam orientado. Realmente, o autor afirma que a República não tinha conseguido alterar muito no país e que quase tudo estava igual ao que era na Monarquia, por isso, «É necessário criar em Portugal, numa minoria capaz e activa, uma corrente de opinião, e se fixe uma finalidade, um objectivo essencial à ventura e à grandeza da nação, comum a todos os portugueses»⁴². «A grande medicina necessária é, pois, antes de tudo, urgentemente, aquela que dará à maioria do povo português ou às suas elites de hoje, espírito de liberdade, consciência moderna, certeza nas nossas virtudes, inteligência dos nossos defeitos, e a fé e o poder de desejar, de construir, desde os alicerces, pela educação, pela preparação do meio espiritual, o grande edifício da nacionalidade, reatando o velho destino e completando-o hoje, de acordo com as realidades criadoras do Passado e as imposições, as soluções irredutíveis do presente e de amanhã»⁴³. Para levar a efeito este programa, Casimiro afirmava que eram necessárias escolas e mestres para ensinar e que se tinha de conseguir produzir mais e melhor, quer do ponto de vista agrícola (arborização do que estava pelado), quer do ponto de vista industrial (em especial no sector corticeiro e no dos chocolates), tendo de se fazer o reordenamento demográfico e a reforma agrária de modo a acabar com os latifúndios no Alentejo.

É curioso que Augusto Casimiro, nesta altura, já estava a fazer a ligação entre os conceitos que lhe vinham do passado com os que foram definidos pela «Seara Nova», aproximando-se, perigosamente, da aceitação de soluções extra-partidárias que, passados anos, conduziram à Ditadura Militar. Ele expressava, afinal, os sinais dos tempos.

Em 1922, publicou um folheto com oito páginas, ao qual deu o nome *A educação popular e a poesia*, que infelizmente não conseguimos consultar, porque o único exemplar existente na Biblioteca Nacional está em mau estado e encontra-se em fase de recuperação.

⁴² p. 37.

⁴³ p. 39-40.

Ainda nesse ano, mas já com a chancela da «Seara Nova», foi dada à estampa a obra intitulada *O Livro dos Cavaleiros* que, sendo um trabalho de reflexão, foi escrita num tom simultaneamente de exaltação patriótica e de desespero pela situação a que Portugal havia chegado depois de ter sido uma grande Nação: «Portugal é um conflito doloroso»⁴⁴; «Portugal dormita»⁴⁵; «Portugal espera a sua nova hora»⁴⁶; «A felicidade anda ao alcance das nossas mãos»⁴⁷; «A inércia, a impotência dos que governam é feita de fatalidade. Eles espiam a incerteza da nação ignorante, a ausência das forças que impõem os grandes criadores contra a coligação feroz dos egoísmos ameaçados pela redenção do país»⁴⁸; «A vontade portuguesa não vive organizada, não tem consciência»⁴⁹.

A par do desespero de Augusto Casimiro há, também, um apelo aos grandes valores e aos valores dos grandes dirigentes: «Comandar, governar, dirigir, é criar»⁵⁰. E é nesta fase que o autor resvala para a tentação que já começava a ser moda política na Europa do começo dos anos 20: «O amor da Liberdade é a ânsia das boas tiranias»⁵¹; «Todo o homem? O homem mais livre é o que obedece melhor»⁵²; «Ser livre é ser bem comandado»⁵³; «Comandar é criar, despertar, dar equilíbrio aos sentimentos e às ideias, impor valores novos, redimindo, suggestionar esforços supremos, alimentar, realizar ideal, violentar inércias, combater reacções, modelar ventura, – sempre sob o influxo de uma grande força de Amor, de um grande sonho divino ou humano, ou dum imperativo que só as almas grandes, nas horas de crise, podem ouvir»⁵⁴; «As verdadeiras *elites* não se eternizam. Substituem-se, renovam-se»⁵⁵; «Os velhos poderes tradicionais perderam a sua força. Deus não é neles. Um novo quadro é necessário, em que a solidariedade dos homens substitua

⁴⁴ p. 12.

⁴⁵ p. 13.

⁴⁶ Ibidem.

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ p. 14.

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ p. 19.

⁵¹ Ibidem.

⁵² p. 20.

⁵³ Ibidem.

⁵⁴ p. 20-21.

⁵⁵ p. 23.

o seu egoísmo, e a terra seja o campo aberto a todas as energias activas, igualmente valorizadas pelo esforço possível»⁵⁶.

Casimiro, nesta fase da vida, desencantado com a falta de entendimento entre os políticos, trilhando um caminho – mesmo para a época – altamente perigoso, apela ao valor dos que se bateram nos campos de batalha num capítulo intitulado «O desencanto de Galaaz»: «A vitória veio destronar-nos. Os bárbaros vão poluir, rasgar nossas ardentes esperanças»⁵⁷; «Éramos o Mundo no delírio de ser melhor»⁵⁸; «Homens que cantais a Vitória! Vós não sabeis o que fomos. Sentis talvez que nos deveis uma dívida imensa. Se a pagásseis serieis nossos escravos»⁵⁹; «O nosso orgulho é como uma montanha de granito. Dentro há fogo e mares»⁶⁰; «A fé dos que lutaram, obedientes a um ideal humano, livres da imposição das pátrias possesoras de poderio e violência, – era feita de amor e esperança»⁶¹; «A Europa é um miserável campo de naufrágio»⁶²; «A civilização europeia é um odioso suicídio. Vejo a alta finança devorando cadáveres, oito milhões de mortos!...»⁶³; «E os homens que, num momento, face ao Calvário, se sentiram fortes, perto de Deus, senhores do seu destino, e dominaram o mundo, voltam lentamente à escravidão da sua revolta»⁶⁴.

Como se de repente o autor tivesse descoberto que tinha exagerado nos seus pontos de vista, mais à frente, passa a dar uma série de conselhos aos cavaleiros, levando-os à obediência e ao pacifismo: «Sabes o que é a honra? O interesse teu em manteres inatacável teu prestígio, face a ti mesmo, a escravidão feliz aos teus interesses mais puros»⁶⁵; «Não receies a morte. Treme da prática de uma injustiça. Não te isoles no teu egoísmo. Não anseies riqueza. O ouro é a morte da alma. A riqueza isola-nos de Deus e do Mundo. Só há ventura na comunhão de todas as coisas, do Universo e de Deus»⁶⁶.

⁵⁶ p. 25.

⁵⁷ p. 30.

⁵⁸ Ibidem.

⁵⁹ p. 31

⁶⁰ p. 32.

⁶¹ Ibidem.

⁶² p. 36.

⁶³ Ibidem.

⁶⁴ p. 36-37.

⁶⁵ p. 78.

⁶⁶ p. 81.

A fase final do livro obedece a um subtítulo, «Poemas à Bem-Amada», que deixa transparecer a clara intenção de toda a obra ser um trabalho de poesia em prosa, tal como sobressai das passagens que transcrevemos.

Em síntese poder-se-ia dizer que, tal como *A Primeira Nau* foi o passaporte de entrada de Augusto Casimiro na «Renascença Portuguesa», *O Livro dos Cavaleiros* teve igual função, agora, relativamente à «Seara Nova», numa tentativa apologetica da não obediência a dogmatismos nem a sectarismos ideológicos⁶⁷.

Ainda com data do ano de 1922 e já também com a chancela da «Seara Nova», deu à estampa um dos seus títulos mais conhecidos: *Portugal na Guerra do Mundo – I – 1914*.

É um livro sobre o combate de Naulila, ocorrido, em 1914, no Sul de Angola, quando os Alemães atacaram e insubordinaram aquela região, partindo do Sudoeste Africano. É um relato que procura ter e manter o colorido e o drama dos acontecimentos, misturando a objectividade histórica com a capacidade narrativa de quem, não tendo estado presente, deseja dar ao leitor a ambiência que envolve a acção. Chega, por vezes, a utilizar uma linguagem carregada de poesia e metáforas («A clareira de Naulila é como uma pedra de ara. O céu alarga-se, por cima, como um diadema...»); «A mocidade de Aragão electriza-o»; «Nem os seus soldados, ardentes de entusiasmo, fraternos no heroísmo com que tomavam a si o perigo e partilhavam com os outros a miséria de razão daqueles dias, nem eles tinham a impressão de que o seu tenente os sacrificava estupidamente.»). Sente-se que a intenção, ao fazer a obra, ultrapassa o simples relato acontecimental para entrar muito marcadamente na apologia dos actos heróicos e numa valorização moral do Exército, particularmente daquele que se bateu no Sul de Angola e cuja acção correu riscos de fracassar perante a mobilidade e superioridade do inimigo, fosse este constituído por soldados alemães de origem europeia, fosse formado por hordas de negros revoltados e animados pelos colonos germânicos.

O trabalho seguinte a vir a público só apareceu catorze anos depois, em 1936, no Rio de Janeiro, e intitula-se *Cartilha Colonial*. É uma

⁶⁷ Veja-se o excelente artigo de A. Reis, '«Seara Nova»', in F. Rosas (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa : Círculo de Leitores, 1996, p. 890-893.

obra escrita para os jovens, despida de outros objectivos que não sejam o de despertar neles o conhecimento do património português e a vontade de os levar a prenderem-se a essas terras distantes, mas prósperas («A terra moça das nossas Colónias respira encantos que enfeitiçam. Eu quisera, nestas páginas, reacender aos olhos dos mocinhos de minha terra o facho dum encanto que me enfeitiçou e prendeu, para sempre, a mim»⁶⁸).

O autor usa uma linguagem muito simples e assume marcadamente uma posição didáctica; traça pequenos quadros sobre as Colónias e alguns dos costumes das suas gentes. O aspecto mais significativamente relevante neste trabalho, na aparência sem importância política, reside na referência que faz à independência do Brasil; trata o tema em termos de mera assunção de maioria, comparando-a à saída de um filho de casa do pai, dando-nos, por consequência, a clara noção de que aceitaria as independências coloniais quando elas representassem uma evolução política, social e, até, económica.

Quatro anos depois, em 1940, é publicado o livro *Portugal Crioulo* que retrata os costumes do povo de Cabo Verde, em especial os das ilhas do Fogo, de St.º Antão e Brava.

O estilo da prosa é já completamente diferente daquele que usou nas obras escritas no tempo da Grande Guerra ou na sua sequência; é menos estrondoso, as imagens são mais comedidas, a frase é mais burocrática («Já o luar desce do arco do céu quando, como sobre o mundo, avisto, erguida sobre o mar de prata, indeciso fantasma, a Montanha do Fogo. Vamos lentos para ela, contrariados pelo vento, pelas correntes. A Montanha cresce, precisa o vulto de ciclope... A lua desce. No oriente começa a abrir-se a flor da manhã...»⁶⁹).

São interessantes os relatos dos costumes, nomeadamente o do regresso dos homens que emigraram para a América e que voltam para umas férias, que geralmente acabam em casamento e terminam em despedidas dolorosas na *hora di bai* («E sustentam-se de alegria ou dor, de saudades, esperanças ou lágrimas, as almas viúvas das noivas, das esposas, das mães.»⁷⁰); e o da recepção das encomendas mandadas pelos que trabalham nos Estados Unidos. Tem um encanto de retrato de outros

⁶⁸ Ver o Prefácio.

⁶⁹ p. 28.

⁷⁰ p. 157

tempos o relato das bodas crioulas, em que o autor conta o casamento de Tchumbinha e Totoi – ele imigrado na América e lá tornado um dia após a cerimónia – onde havia de morrer de pneumónica, depois de lhe ter dado, numa só noite de amor, uma filha. Nesta obra é mais do que evidente o carinho de Casimiro pelo património africano de Portugal.

Em 1945 é publicado, no Porto, em separata do *Jornal do Médico*, o texto de uma conferência de Casimiro dos Santos intitulada *Assistência Indígena – Política de Cooperação*.

Esta comunicação, a todos os títulos exemplar, destaca, uma vez mais, os conhecimentos do autor quanto à problemática ultramarina e à correcta definição de uma política colonizadora («Colonizar é missionar – melhorar das terras novas e dos povos diferentes e mais atrasados –, mas tem sido, pode ser ainda, a exploração dura, desatenta, apressada, que, nas terras novas e na gente que as povoa, estancam impiedosamente o poder e a força do futuro»⁷¹).

O seu entendimento da acção colonizadora passava por um desenvolvimento autónomo das capacidades dos naturais, cabendo ao Estado o dever de zelar para que houvesse harmonia na interacção do branco com o negro, apontando tudo para futuras independências («Proteja-se-lhes a terra, desenvolvendo-se-lhes os recursos e as possibilidades próprias para, dentro dos seus quadros, a coberto de perigosas políticas de assimilação – sob a influência benéfica da nossa presença, amparados pelas nossas achegas técnicas e financeiras, pela nossa disciplina e pelo nosso exemplo –, serem cada vez mais fortes, mais ricos, e atingirem uma civilização própria em que nós deixaremos a marca generosa dos nosso esforço, da nossa mentalidade e da nossa virtude, possibilitando a extensão material e espiritual da materna metrópole em novas nações»⁷²). Tudo isto, segundo o autor, deveria ser feito em plena concordância com as autoridades indígenas e, por esse motivo, diz: «Em África, entre as populações indígenas, usam-se processos patriarcais, irmãos, de resto, na essência e nos intuitos, dos mais puros processos democráticos europeus.

Os bons chefes indígenas são delegados, pais espirituais, defensores da sua gente, dos seus *filhos*. Governam dentro da lei da tribo,

⁷¹ p. 5.

⁷² p. 6. Sublinhado da nossa autoria.

com um espírito mais humano do que o nosso, e são obedecidos (...) porque a sua acção é *paternal*»⁷³.

Quão diferente é este entendimento do acto colonizador daquele que foi, genericamente, praticado até 1961, quando não, em certas circunstâncias, depois! É perceptível nas palavras de Casimiro a intenção de um dia, naturalmente, ver desprenderem-se os territórios coloniais da «velha» Metrópole, por esta já ter cumprido o acto sublime de os «preparar» para caminharem por si sós. Para Augusto Casimiro, Capitão do Exército, reformado compulsivamente por discordância política com o Estado Novo, colonizar não era submeter; era deixar crescer duas comunidades em simultâneo, de modo a fundirem-se num destino comum por terem vivido um passado recente de progresso e harmonia.

No ano de 1947 sai do prelo das Grandes Oficinas Gráficas «Minerva» um livro a que Casimiro dos Santos deu o nome de *Lisboa Mourisca*. É uma obra na qual o autor pretende, ao passar o centenário da conquista da capital, fazer história com «escassez de documentos históricos»⁷⁴. É, por conseguinte, mais uma história romanceada do que um trabalho com fundamentos científicos.

Em todo o livro, a par de algumas informações cujo valor histórico haveria hoje que confirmar, pressente-se um orgulho de ser português e um desejo de espalhar esse sentimento a quem o ler. Aliás, o autor deixa claro o seu entendimento da História e o valor que lhe atribui como instrumento de formação patriótica: «À construção do futuro importa a invocação amorável do Passado». Este propósito recorda-nos um pouco a postura de João de Barros, que é bem diferente da de Fernão Lopes.

Três anos mais tarde, Augusto Casimiro dá à estampa um pequeno folheto que reúne dois artigos, que antes havia publicado em jornais, e uma carta. Intitulou-o *Nun' Álvares e o seu monumento – Dois artigos e uma carta a D. Luiz Vaz de Almada*. A obra dedica-a a Bento Roma, seu companheiro na Flandres e um dos mais heróicos combatentes do CEP.

No primeiro artigo, escrito numa linguagem muito sóbria, o autor defende que a estátua do Condestável «(...) que foi o primeiro ou único general da infantaria portuguesa, (...)» deveria reproduzir não o gran-

⁷³ p. 11.

⁷⁴ p. 14.

de senhor feudal em que se veio a tornar, nem o monge que no fim da vida se arrependia do passado vivido, mas o jovem que soube bater-se ao lado dos revoltosos e o chefe militar que, a pé, soube estar nos momentos de perigo ao lado dos seus homens, no campo de batalha. Este artigo foi publicado no *Diário de Lisboa* de 27 de Novembro de 1949. No segundo, que é feito em consequência de um outro publicado por Reinaldo dos Santos, o autor defende, explorando melhor, as suas ideias quanto à estátua dever ser apeada ou a cavalo. Desta vez o artigo foi publicado no *Diário de Notícias* de 13 de Janeiro de 1950. Curiosamente, ao argumento de Reinaldo dos Santos de que, em última análise, a estátua seria como a concebesse o escultor, responde Casimiro da seguinte maneira, que permite várias interpretações: «Isto parece-me excessivamente totalitário. O Senhor Professor sabe que não pode ser assim. Ninguém concebe e dá à luz solitariamente, nem na Arte, nem no Amor. O génio não é uma longa paciência solitária. É antes de tudo, uma longa criadora assimilação»⁷⁵. Que excelente ironia para ferir com subtileza a imagem criada de um Presidente do Conselho fechado na sua torre de marfim, governando, distante, um povo inteiro!

A carta é uma resposta a um dos descendentes daquele que se bateu em Alfarrobeira e, de novo, com grande delicadeza e elegância de estilo, o autor defende as suas ideias e defende-se dos ataques deste Vaz de Almada, a quem está ligado pela amizade. A dado passo, afirma, para demonstrar o seu sentido de fidalguia: «A Cavalaria de Nun'Álvares, (...), é a dos que pressentem o futuro e se não desonram nem arruinam batendo-se por causas condenadas e indefensáveis; que servem o ideal novo sem ficarem de guarda aos preconceitos e interesses do Passado; a dos que atendem à sua fortuna e à sua glória sem trair o que devem à Grei, renovadores, revolucionários, se quiser, no pensamento e nas obras (...)»⁷⁶. Era assim que Augusto Casimiro, Capitão da Flandres e de Angola, pensava e se mantinha vertical e fiel aos princípios que o colocavam em oposição ao Estado Novo desde, pelo menos, havia trinta anos.

O autor sugere como locais para erigir a estátua, o alto do Parque Eduardo VII, a esplanada do Castelo de S. Jorge, ou mesmo junto ao terreno onde se deu a batalha de Aljubarrota.

⁷⁵ p. 20.

⁷⁶ p. 36.

Quatro anos mais tarde, em 1954, Casimiro dos Santos, volta, de novo, ao ensaio histórico, publicando um grosso volume de 516 páginas intitulado *S. Francisco de Xavier e os Portugueses*. É uma obra biográfica onde, da vida do Santo, nada parece ter ficado esquecido, na qual já procurou o rigor, dizendo, no entanto, «Nada traz de novo este livro. Tentámos fazer história viva com base em documentos (...).

Este livro quer ser um livro de verdade humana, sem os excessos de uma perigosa, incondicional apologética ou os erros de uma estreita visão parcial.»⁷⁷.

Tal como diz o autor, trata-se de uma História onde as personagens ganham vida, pensam, concluem e, às vezes, até falam! É uma forma de fazer história e, em especial, biografias, que está hoje ultrapassada, mas que fez época naqueles anos do meio do século passado. Basta referir que uma das fontes do autor foi Ellène Sanceau que desenvolveu muito este estilo historiográfico.

Passados dois anos, Augusto Casimiro, mantendo-se fiel ao género histórico, escreve *Dona Catarina de Bragança – Rainha de Inglaterra, Filha de Portugal*. É, também, um volumoso tomo de 560 páginas. Dedicada obra a um antigo camarada de França – o Prof. Doutor Fernando da Fonseca – que, como ele, entrou em operações na fase final da guerra incorporado no mesmo Batalhão do autor. Metodologicamente segue os mesmos processos já utilizados em obras anteriores. Desta vez transcreve amiúde correspondência da biografada para o rei de Portugal, seu irmão.

O livro foi escrito tendo por base três outros sobre o mesmo tema – dois de duas historiadoras inglesas e outro de Virgínia Rau. Naturalmente que o autor fez alguma investigação por conta própria, porque agradece, no fim da apresentação, aos directores das Bibliotecas de Lisboa e da Universidade de Coimbra.

Nesta fase da vida, Augusto Casimiro já tinha abandonado o estilo literário que utilizava vinte ou trinta anos antes e a construção das frases tornou-se mais escurra, pondo de lado um exagerado adorno retórico que, no meio do século, seria descabido e quase risível.

O derradeiro livro de Augusto Casimiro dos Santos, intitulado *Angola e o Futuro (Alguns problemas fundamentais)*, publicou-o

⁷⁷ p. XIII-XIV.

entre os anos de 1957 e 1961, segundo supomos, já que a edição da Livrolândia Lt.^a não traz a data.

É uma obra em que o autor, mais uma vez e, muito provavelmente, próximo dos acontecimentos ocorridos em Angola no começo de 1961, manifesta o seu sentir sobre o que é colonizar («– Colonizar deve ser criar, exaltar, renovar, civilizando.»⁷⁸).

Na Introdução faz uma correctíssima análise da forma como os primeiros Portugueses contactaram com os Africanos e como, depois da Conferência de Berlim, se acelerou o processo de colonização, embora com largos defeitos por parte dos colonizadores. Continua a bater-se pela necessidade de fazer participar o Negro na riqueza que a sua terra lhe pode proporcionar («– Não nos limitaremos a fazer a riqueza de poucos, (...). – Faremos da riqueza criada, cada vez mais, pela participação crescente do maior número no seu usufruto, uma formidável força para a Civilização do negro. – Temos de fazê-lo.»⁷⁹). Depois, condena o método colonizador que ainda se estava a usar em África e chama a atenção para a evolução de todo o processo: «*Em África, nós, brancos, já perdemos muito tempo, e o despertar, à nossa roda, dos povos negros para a aquisição e garantia prática de novos direitos caminha com uma imprevista velocidade. A sua trajectória é irreversível.*

Dos valores, da vida civilizada que, através de quatro séculos, fomos pondo diante dos olhos dos povos africanos, temos de dar-lhes muito mais ainda. *Sem receio de repartirmos com eles, diminuindo-o contra nós, o nosso maravilhoso poder, sem conservá-los demoradamente nas suas posições de inferioridade, mantendo fórmulas e estatutos que não se resignam à sua alteração»⁸⁰.*

A linguagem que utiliza nesta obra é já completamente, ou quase, despida de todos os artificios e ornamentos linguísticos que lhe eram próprios na juventude e meia-idade; o discurso torna-se linear, claro, preciso.

O autor faz uma análise de toda a problemática do esforço colonial que se deveria, ainda, desenvolver com base numa comparação entre Negros e Brancos, não estabelecendo grandes distinções, a não ser aquelas que resultam das disparidades culturais e das evoluções téc-

⁷⁸ p. 12.

⁷⁹ p. 20, sublinhado nosso.

⁸⁰ p. 23, sublinhados nossos.

nicas que se foram verificando entre os Europeus. Por exemplo, a dado passo, afirma que o Negro é mais espiritualista do que os Brancos, porque tem mais a noção da divindade.

Na obra, Augusto Casimiro enaltece a acção de três Governadores coloniais – Norton de Matos, Vicente Ferreira e Sarmento Rodrigues, entre os quais não nota grande diferença nas linhas de rumo que traçaram, pese embora se note que toda a sua admiração vá para o primeiro e, às vezes, para o segundo por ser um continuador daquele. De Norton de Matos transcreve: «Será um crime de lesa-civilização tomar qualquer medida que mantenha ou tenda a manter a inferioridade do preto; será um crime da mesma natureza deixar de tomar as medidas necessárias para acabar com aquela inferioridade.»⁸¹ e continuava o mesmo alto responsável: «Fazer do indígena de África um agricultor, um artífice independente e livre, possuindo uma gleba de terra, uma pequena oficina, com instrução profissional e instrumentos de trabalho que lhe permitam viver com relativo conforto e produzir mais do que precisa para a alimentação e sustento, inundando assim o mercado de géneros e artefactos de toda a espécie; criar pequenos proprietários ou pequenos industriais, são os fins a que principalmente deve visar a administração e o Governo de uma Colónia como Angola»⁸².

No resto do livro o autor mostra os seus profundos conhecimentos sobre determinadas áreas necessárias à acção do governo de Angola, nomeadamente do ponto de vista agrícola, sanitário e alimentar. Dedicou uma vasta quantidade de páginas da sua grossa obra ao problema da educação e do ensino, em especial o profissional.

Nesta fase da vida de Augusto Casimiro, nota-se, com grande clareza, que o patriotismo exaltado da juventude e da meia-idade tinha dado lugar a uma lucidez e ponderação. Às vezes revela-se frio no raciocínio e, acima de tudo, conhecedor das forças históricas e políticas do tempo que vivia, daí que, para ele, colonizar já não fosse o perpetuar de um património herdado e inalienável, mas antes um acto de generosidade para fazer crescer pacificamente um povo que tem direito à autodeterminação e ao usufruto das riquezas que a sua terra lhe oferece. Sente-se que o contacto que foi mantendo ao longo dos anos com as

⁸¹ p. 128.

⁸² p. 129.

diferentes gerações de colaboradores da *Seara Nova* o enriqueceram e não serviram para o cristalizar em posições saudosistas e passadistas. Augusto Casimiro foi um homem que soube evoluir até ao fim da vida.

Da sua vasta bibliografia – que tão exaustivamente, quanto seria aconselhável nos limites deste ensaio, procurámos dar uma panorâmica – restam dois títulos que, por não estarem datados, mas que presumimos sejam de 1939, guardámos para analisar no fim; são dois pequenos estudos publicados numa colecção intitulada *Cadernos Coloniais*, editados pela Editorial Cosmos: um no *Caderno* n.º 36 e o outro no n.º 46.

O primeiro intitulou-o Augusto Casimiro *Alma africana* e, mais uma vez, vem mostrar o seu entranhado amor pelas coisas de África, em especial angolanas. Reúne uma pequena série de histórias passadas em Angola, através das quais pretende demonstrar os sentimentos dos Negros daquelas paragens e o estado de evolução das suas culturas. Aliás, na pequena introdução que faz às narrativas, o autor demonstra um superior entendimento do que deveria ser a acção colonizadora, por um profundo conhecimento do modo de reacção dos indígenas à introdução dos costumes europeus. Diz ele:

Para lá das barreiras que o desconhecimento da língua, a cultura diferente⁸³, as actividades por vezes inimigas, ou a nossa menor curiosidade, erguem e mantêm entre as duas raças, nos povos dominados, e que se recordam, — a desconfiança é como um instinto de defesa. Dificulta-nos, venda-nos o passo de uma compreensão mais justa do que é a alma daqueles povos, essa desconfiança que tem por vezes, com o nosso mais grosseiro utilitarismo, uma face que despreza ou odeia.

Para a maioria, para os melhores, mais fiéis às tradições da tribo, continuamos sendo o inimigo.

Em cada atitude, em cada gesto nosso, o preto vê, antes de tudo um propósito interessado ou inimigo, de consequência nefastas para o seu bem.

Cada pergunta nossa para eles tem um fim oculto. E a dissimulação é a arma dos fracos. Nós, para eles, somos infinitamente fortes, diabolicamente poderosos.

⁸³ E nesta passagem chamamos a atenção para a noção que Augusto Casimiro já possuía do conceito «moderno» – sociológico e antropológico – de cultura.

*E eles defendem-se ocultando-nos os sentimentos, quando não podem esconder-nos as aldeias, as suas gentes, os seus negócios e a sua criação.*⁸⁴

Na incompreensão das palavras do autor, continuou a colonização durante o Estado Novo e agravou-se no final da 2.^a Guerra Mundial, quando se manifestaram os primeiros desejos autonomistas e aumentou a intransigência política do Governo de Portugal; os movimentos de libertação não fizeram mais, numa primeira fase, do que explorar os velhos sentimentos de desconfiança contra os Europeus e os Portugueses, em especial; só mais tarde, quando a politização das guerrilhas se tornou mais efectiva, é que o inimigo foi definido de um modo diferente e, também, politicamente mais correcto.

Ao segundo *Caderno* de Augusto Casimiro o nome de *Paisagens de África*, mostrando os seus dotes narrativos em temática de viagens. Oferece-nos uma rápida visão da Ilha Brava (Cabo Verde) e, depois, de algumas paisagens do interior de Angola (em especial da região que vai do Zaire ao Cuanza). O estilo narrativo é sóbrio, embora fazendo, como lhe era habitual até ao final da meia-idade, uso de imagens de retórica («Lá no cimo mergulhei no crepúsculo frio das névoas, senti a tristeza, o frio das noites doridas.»⁸⁵). Uma vez mais é notório o profundo apego às terras coloniais e o deslumbramento e atracção que elas exercem sobre o autor.

Não analisámos, nem essa era a nossa intenção, os trabalhos dispersos que Augusto Casimiro semeou em jornais e revistas, nem mesmo nos debruçámos sobre as traduções, que foram numerosas e sobre diferentes temáticas.

4. Conclusão

O objectivo deste ensaio foi, dentro dos limites convenientes, repassar um olhar contemporâneo sobre a obra literária de Augusto Casimiro que, tendo sido um militar exemplar, até que a Ditadura o reformou compulsivamente, foi, também, um lutador contra o Estado Novo.

⁸⁴ p. 3.

⁸⁵ p. 3.

Começámos por identificar sumariamente os dados biográficos. Daí, passámos à análise e estudo da obra literária de Augusto Casimiro. Depois de termos analisado cada um dos títulos por ele publicados, fomos sedimentando a ideia de que, do ponto de vista literário, tendo começado como poeta ainda influenciado pelo Romantismo passou pela estética saudosista e pelo patriotismo partidariamente descomprometido da «Seara Nova». Contudo, o sentido poético fez-se notar mais na prosa, durante a juventude e a meia-idade, através da riqueza de figuras de estilo que desenvolveu. Mais tarde, já no ocaso da produção literária, e até da vida, adoptou um estilo mais singelo e linear, bem de acordo com os tempos que se viviam.

Na perspectiva do conteúdo, Casimiro situou-se sempre no plano da manifestação do grande amor à Pátria, que não confundia com o nacionalismo do Estado Novo, ao qual se opunha, e de um entranhado interesse pelas temáticas africanas, mostrando um profundo conhecimento do que se deveria entender por boa colonização diametralmente oposta à que, então, se fazia. O patriotismo e o conhecimento de África não o colocaram na posição de defender os conceitos de um Portugal uno do Minho a Timor; bem pelo contrário, muito cedo deixava já transparecer a ideia de que os territórios de além-mar tinham direito à autonomia e independência, depois de Portugal os ter ajudado a progredir na senda de um crescimento sadio, tanto do ponto de vista económico como político.

Como conclusão, podemos dizer que Augusto Casimiro, tendo sido uma figura de segundo plano na literatura e na política nacionais, foi, contudo, um homem coerente, que transportou, adaptando-os, os conceitos da 1.^a República para dentro de um regime que se opunha até às mais elementares manifestações democráticas que caracterizaram Portugal entre Outubro de 1910 e Maio de 1926.